

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.498 - SP (2019/0298128-9)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : JAIR FERREIRA GONCALVES
ADVOGADO : JAIR FERREIRA GONÇALVES - SP074834
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : GUILHERME PEREIRA AMORIM
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em favor de **GUILHERME PEREIRA AMORIM**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Consta dos autos que o paciente foi condenado à pena de 1 ano e 8 meses de reclusão, em regime semiaberto, mais pagamento de 166 dias-multa, como incurso no art. 33, *caput* e § 4º, da Lei n. 11.343/2006.

Em sede recursal, o Tribunal de origem deu provimento ao apelo da acusação para afastar o tráfico privilegiado e redimensionar a sanção para 5 anos de reclusão, em regime fechado, mais pagamento de 500 dias-multa, determinado, ainda, o início da execução provisória da pena.

Neste *habeas corpus*, alega o impetrante, em síntese, que o paciente deve aguardar em liberdade o julgamento do recurso especial interposto em seu favor, haja vista ser flagrantemente ilegal a não aplicação do redutor do art. 33, § 4º, da Lei de Drogas e o estabelecimento de regime prisional mais grave.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão do direito de responder ao feito em liberdade até o trânsito em julgado.

É o relatório.

Decido.

A concessão de liminar em *habeas corpus* constitui medida excepcional, uma vez que somente pode ser deferida quando demonstrada, de modo claro e indiscutível, ilegalidade no ato judicial.

Na espécie, sem qualquer adiantamento do mérito da demanda, não vislumbro, ao menos neste instante, a presença de pressuposto autorizativo da tutela de urgência pretendida.

Assim, **indefiro** o pedido de liminar.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora, **sobretudo acerca da admissão do recurso especial**, bem como senha processual, preferencialmente por malote digital, com urgência.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS
Relator